

As virtudes sociais no pensamento do filósofo e imperador, Marcus Aurelius

Eugénio Lopes

Recibido 06/03/2023

Resumo

As virtudes sociais são sem dúvida alguma fundamentais para preservar a harmonia e o desenvolvimento social, bem como a nossa autorrealização. Apesar de nunca ter escrito um tratado filosófico sobre este argumento, recorrendo à sua obra, *Mediações*, podem-se conhecer as virtudes sociais às quais o filósofo e imperador romano, Marco Aurélio, dá mais importância, a fim de garantir-se o bem-comum. Portanto, neste artigo, exponho estas virtudes sociais, mostrando, assim, como elas fundamentais para criar-se uma sociedade mais harmónica.

Palavras-Chave: Pessoa Humana, Sociedade, Virtudes, Autorrealização, Estoicismo.

Abstract

The Social Virtues in the Thought of the Philosopher and Emperor, Marcus Aurelius

Social virtues are undoubtedly fundamental for preserving harmony and social development, as well as our self-fulfillment. Despite never having written a philosophical treatise on this argument, resorting to his work, *Mediations*, one can get to know the social virtues to which the Philosopher and Roman Emperor, Marcus Aurelius, gives more importance, in order to guarantee the common good. Therefore, in this article, I pretend to expose the social virtues that he most emphasizes, showing, in this way, how they are fundamental to create a more harmonious society.

Key words: Human Person, Society, Virtues, Self-realization, Stoicism.

As virtudes sociais no pensamento do filósofo e imperador, Marcus Aurelius

Eugénio Lopes

Recibido 06/03/2023

§ 1. Considerações iniciais

Antes de entrarmos concretamente no argumento deste artigo, achei pertinente dar a conhecer um pouco a biografia do «imperador-filósofo», Marco Aurélio Antonino Augusto (em latim, *Marcus Aurelius Antoninus Augustus*)¹, algo que será fundamental para contextualizar, conhecer e compreender o seu pensamento.

Nasceu a 26 de abril de 121, filho do Pretor Marco Ânio Vero e de Domícia Lucila². Apesar de, ainda muito jovem, com cerca de três anos, perder o seu pai, a sua mãe não voltou-se a casar. Assim, após a morte do seu pai, Marco Aurélio foi tutorado e criado pelo seu avô, que tinha o mesmo nome do seu pai. O seu avô materno, Lúcio Catílio Severo também participou da sua educação. Assim, desde tenra-idade, foi muito bem-educado, em casa, como prescreviam as tendências aristocráticas daquela época, não só na literatura greco-romana, no direito, na retórica, na filosofia, mas também na dança, na pintura e na luta, tendo tido os melhores mestres daquela época.

O gosto pela filosofia, desponta desde muito cedo no jovem Marco Aurélio, sobretudo, através do seu professor de pintura, Diogneto. Assim, aos 12 anos de idade, vestia-se já à filósofo. Do mesmo modo, estudava com uma capa grega grossa e dormia no chão.

¹ Contudo, quando nasceu, o seu verdadeiro nome era Marco Annio Catílio Severo (*Marcus Annius Catilius Severus*). Posteriormente altera-se para Marco Annio Vero (*Marcus Annius Verus*), que era o nome do seu pai, quando casa-se com a sua mulher Faustina. Finalmente, quando se torna imperador, muda o nome para Marco Aurélio Antonino Augusto (em latim, *Marcus Aurelius Antoninus Augustus*).

² Por sua vez, o pai de Marco Aurélio era filho de Marco Ânio Vero, perfeito de Roma, cônsul três vezes e patrício, que, por sua vez, era filho de Marco Ânio Vero, senador e pretor. Já a sua mãe era filha de Cneu Domício Tulo, patrício romano, que possuía grandes olarias, nos subúrbios de Roma, e uma colina do Célio em Roma. Por sua vez, Cneu era filho de Lúcio Catílio Severo. Por causa da sua avó paterna, Rupília Faustina, que era sobrinha-neta do imperador Trajano e meia-irmã das imperatrizes Matídia Menor e Víbia Sabina, Marco Aurélio era um membro da dinastia Nerva-Antonina.

Por volta desse mesmo período, adquire novos tutores. Salientam-se, sobretudo: 1) Alexandre de Cotieus, gramático, estudioso de Homero e professor de grego; 2) Trósius Aper, professor de latim; 3) Tutício Próculo, professor também de latim; 4) Alexandre, o platónico, que deu-lhe a conhecer as obras de Platão; 5) Apolónio, que deu-lhe a conhecer o pensamento estoico; 6) Rústico, que introduziu-o na filosofia de Epicteto; 7) Cláudio Máximo, que ensinou-lhe ética; 8) Sexto Empírico, que também ensinou-lhe ética.

A 24 de janeiro de 138, o imperador Adriano nomeia Aurélio Antonino, que anteriormente o adotara, marido da tia de Marco Aurélio, Faustina, a velha, como o seu sucessor. Como termo de sucessão, Aurélio Antonino adotou Marco Aurélio e Lúcio Cómodo (ou Lúcio Vero), filho de Lúcio Élio, que eram muito diferentes em termos de personalidade³.

Posteriormente, em 140, Marco Aurélio torna-se cônsul e, em 145, casa-se com a filha de Antonino, Faustina. Nesse período, continuou com os seus estudos, sob a orientação de Canínio Celer, Anino Macer, Herodes Ático e Marco Cornélio Frontão (retórico, gramático e advogado), de quem se tornou amigo íntimo. Já em 161, após a morte de Antonino, Marco Aurélio torna-se co-imperador de Roma, em conjunto com o seu irmão (por adoção) Lúcio Vero.

Durante o período em que foi imperador, Marco Aurélio foi justo, moderado, íntegro e équo, inflexível aos seus princípios, mesmo tendo vivido períodos mais críticos, sobretudo no que diz respeito a guerras e a outros conflitos económico, sociais e políticos que ameaçavam a estabilidade e prosperidade do império⁴. Em âmbito administrativos, destaca-se o facto de não só ter introduzido novas leis, mas também o ter retificando ou cancelando aquelas que não eram tão boas. Assim, nesta linha destacam-se, sobretudo, medidas que visavam preservar o direito à liberdade de expressão; proteger as viúvas, os órfãos e os menores; ajudar os mais necessitados e desfavorecidos, inclusive os escravos; diminuir as mortes nos combates de gladiadores (que agora combatiam com armas embotadas).

³ De facto, Lúcio Élio tinha sido, anteriormente a Aurélio Antonino, o escolhido por Adriano para suceder-lhe. Porém, acabou por falecer.

⁴ Dião Cássio afirma que Marco Aurélio, durante os períodos mais difíceis, era sempre valente e ponderado ao lidar com eles (cf. D. Cássio, *História de Roma*, LXXI, 3; 3).

Morre no ano 180, aos 58 anos de idade, nos seus aposentos, em Vindóbona, atual Viena, Áustria, durante uma expedição militar contra os marcomanos; a causa é todavia desconhecida. Devido à sua personalidade, pública e privada, não só é conhecido como um dos «cinco bons imperadores», juntamente com Nerva, Trajano, Adriano e Antonino Pio, o seu pai adotivo⁵, mas também, ao longo da história, foram-lhe dedicadas estátuas, monumentos e moedas, como também belos textos que demonstram o seu carácter exímio e singular⁶. Da sua filosofia, conservam-se as suas «meditações», originalmente escritas em grego (*Tà eis éautón*), entre 171 e 175, que foram ditadas a um dos seus servos, já no final da sua vida⁷. Tratam-se não apenas de um monólogo, mas, acima de tudo, de um profundo exame de consciência, que ajudavam-no a encarar o dia-a-dia⁸. Herodiano, neste sentido, afirma que o que mais se destaca na filosofia do imperador era que ele era o primeiro a colocá-la em prática, a vivê-la em primeira pessoa (*cf.* Herodiano). Ora, se bem que esta obra não apresenta uma estrutura e um método, é partir de ela, que concilia a filosofia greco-romana (ou seja, os pré-socráticos, o platonismo, o aristotelismo, o epicurismo e o estoicismo, sobretudo, de Epicteto), que se podem, pois, conhecer as virtudes sociais que ele propunha e defendia para garantir-se a harmonia social⁹.

§ 2. Pessoa humana e sociedade

Falando de sociedade, Marco Aurélio distingue dois tipos: uma microsociedade, a cidade; e uma macro, o mundo (*cf.* VI, 44)¹⁰. Para Marco Aurélio, a pessoa humana e a sociedade são dois conceitos distintos, apesar de se relacionarem entre si (*cf.* II, 9).

⁵ O termo foi usado por Maquiavelli, em 1513-1519, na sua obra, *Discorsi sopra la prima Deca di Tito Livio*.

⁶ Todavia, muitos estudiosos e comentadores de Marco Aurélio, afirmam que ele não foi aquela personagem tão magnânima que outrora atribuíram-lhe, por vários motivos. Para aprofundar esta ideia veja-se, sobretudo: M. Cerri (2020) e I. Cardoso (2019).

⁷ Aqui, gostaria também de destacar a construção, a pedido de Marco Aurélio, de 4 cátedras de filosofia, em 176, na cidade de Atenas —cada uma para as principais escolas: o aristotelismo, o platonismo, o epicurismo e o estoicismo.

⁸ As meditações de Marco Aurélio serão um dos livros favoritos de Cristina da Suécia, de Frederico, o grande, de John Stuart Mill, de Matthew Arnold e de Goethe (*cf.* M. Aurelius, 2003: 49).

⁹ Depois da morte de Marco Aurélio, esta sua «obra» reaparece na Igreja do Oriente, sendo-lhe atribuída o nome de *Meditações* pelo arcebispo de Cesareia, Aretas, no século X.

¹⁰ A partir de agora, citarei apenas o livro/capítulo das *Meditações*, em numeração romana, seguido do número ao qual faz referência.

Segundo ele, a sociedade é conatural ao homem (IX, 9)¹¹. Deste modo, todas as pessoas estão emparentadas, somos todos familiares, e o que importa e é útil a uma pessoa, também o é para sociedade e vice-versa (cf. III, 4 e VI, 45). Nesta linha, apesar de toda a pessoa humana ter uma identidade própria, que a distingue dos demais, tem a mesma dignidade, possuindo, assim, cada uma o seu particular encanto (cf. III, 3 e VIII, 7; 56). Portanto, faz parte da natureza humana viver-se uns para os outros, para a sociedade, e deste modo atuar para preservar o bem-comum¹². Este é, pois, o fim último do nosso agir, ao qual todos nós devemos colaborar, segundo o imperador (cf. VI, 42 e 44)¹³. Algo semelhante acontece no mundo animal.

Não vês que os arbustos, os passarinhos, as formigas, as aranhas, as abelhas cumprem a sua própria tarefa, contribuindo por eles próprios para a ordem do mundo? E tu, então, recusaste a fazer o que é próprio do homem? Tu não deves sinceramente buscar o que está de acordo com tua natureza? [V, 1]

Porém,

[...] aos animais irracionais e, em geral, às coisas e objetos submetidos aos sentidos, que carecem de razão, tu, visto que estás dotado de entendimento, trata-os com magnanimidade e liberalidade; mas aos homens, uma vez que estão dotados de razão, trata-os, para além disso, sociavelmente [VI, 23].

Quiçá se objete e se diga:

«Não tenho dons naturais». Procura, então, aqueles que estão inteiramente nas tuas mãos: a integridade, a seriedade, a resistência ao esforço, o desprezo dos prazeres, a resignação diante do

¹¹ Ideia idêntica pode-se por exemplo encontrar em Aristóteles, *Política*, 1252b–1253a.

¹² Cf. IV, 3; 33; V, 29; VI, 14; VII, 5; IX, 31 e XI, 21. «Assim, como tu és um membro complementar do sistema social, todas as tuas atividades são complementares à vida social. Consequentemente, qualquer atividade tua que não esteja relacionada, de perto ou de longe, ao bem-comum, perturba a vida e não permite que exista a unidade, e é revolucionária» (IX, 23). Nota: as traduções ao português foram feitas por mim.

¹³ «Cada ser tende para o fim para o qual foi constituído e em virtude do qual foi constituído. E, onde está o fim, aí também se encontra o interesse e o bem de cada um. Naturalmente, o bem de um ser racional é a sociedade. Que realmente nascemos para viver em sociedade, já foi demonstrado há algum tempo. Não estava claro que os seres inferiores existem para o bem dos superiores, e os superiores para ajudar-se uns aos outros? E os seres animados são superiores aos inanimados, e os seres racionais superiores aos animados» (V, 16).

destino, a necessidade de poucas coisas, a benevolência, a liberdade, a simplicidade, a austeridade, a magnanimidade. Não vês quantas qualidades podes já adquirir para ti mesmo, para as quais tu não tens o pretexto de incapacidade natural ou aptidão insuficiente? No entanto, ainda persistes, por vontade própria, abaixo das tuas possibilidades. Veste obrigado a resmungar, a ser mesquinho, a adular, a culpar o teu corpo, a te entregares, a te comportares de forma imprudente, a ter a tua alma tão inquieta por causa da tua falta de aptidões naturais? [V, 5]

Portanto, segundo o imperador, se algo é conatural ao homem, também está ao alcance de cada um é possível realizá-lo (cf. VI, 19).

Ora, segundo ele, uma pessoa preserva o bem-comum, sobretudo quando é virtuoso, isto é, quando faz o bem e evita o mal, segundo a sua condição e posição na sociedade (cf. VIII, 5 e 7; X, 11 e XI, 5). Sendo este é o fim do agir humano, só deste modo é que ela pode alcançar a felicidade (cf. VII, 67 e X, 12)¹⁴. Portanto, para Marco Aurélio, o bem da sociedade e o bem do individuo coincidem, apesar de serem duas realidades distintas¹⁵. Ou seja, sempre que agimos, a fim de garantir e preservar o bem-comum, estamos, do mesmo modo, a garantir e a preservar automaticamente o nosso bem (cf. V, 32 e X, 12).

Assim, analogicamente falando, a relação entre o individuo e a comunidade é igual à relação existente entre um membro e o corpo. Por isso, para o imperador, uma vez que somos um fragmento da sociedade, estar afastado da sociedade é um mal, como acontece, por exemplo, no desterro voluntário ou involuntário (cf. XI, 8 e XII, 36). Porém, deve-se ter aqui em consideração que, à medida que nos separamos, ao pouco e pouco, tornar-se mais difícil retornar à sociedade (cf. III, 6). Do mesmo modo, para o imperador, também é um mal não se preservar a unidade da sociedade (cf. II, 11)¹⁶.

¹⁴ «Viste em quantas coisas vagueaste sem rumo, e em nenhum lugar encontraste uma vida feliz, nem nos argumentos lógicos, nem nas riquezas, nem na glória, nem no gozo, nem em qualquer lugar. Onde reside, então a felicidade? Fazendo o que a natureza humana quer. Como se consegue isso? Com a posse dos princípios dos quais dependem os instintos e as ações. Que princípios? As do bem e as do mal, na convicção de que nada é bom para o homem, se não o torna justo, sensato, corajoso, livre; assim como nada é ruim, se não produzir os efeitos contrários ao que foi dito» (VIII, 1).

¹⁵ «Fiz algo útil para a comunidade? Consequentemente, fui beneficiado. Sempre saia ao teu encontro e mantinhas esta máxima nas tuas mãos, e nunca a abandones» (XI, 4).

¹⁶ «Como os membros do corpo existem nos indivíduos, os seres racionais também se constituíram, por isso, para uma colaboração idêntica, embora em seres diferentes. E esse pensamento te ocorrerá mais se tu fizeres esta reflexão com frequência contigo mesmo. Eu sou um membro do sistema constituído por seres racionais. Mas se tu disseres que fazes parte, ainda não amas de coração os homens, ainda não és

Contudo, uma vez desunida, pode-se nova e livremente restabelecer tal união (cf. VIII, 34). Porém, de igual modo, uma vez desunida, ao pouco e pouco, torna-se mais difícil restabelecer tal união.

Portanto, «enquanto vives, enquanto for possível, sê virtuoso» (IV, 17). Desde o nascer até ao por do sol; deste o nascimento até à morte (cf. VIII, 12). E devemos sempre permanecer neste caminho, sem desviar de rumo e sem a pretensão de sermos elogiados e honrados pelos outros (cf. X, 8). Tampouco devemos obstaculizar os outros neste processo (cf. VI, 42). Pelo contrário, devemos auxiliá-los (cf. I, 16; VI, 30 e III, 4). De facto, por causa do bem-comum, «os seres racionais foram criados para ajudarem-se uns aos outros» (VII, 55). E não existe nada que nos dê mais alegria do que ver as virtudes encarnadas nos nossos concidadãos (cf. VI, 48). Deste modo, todos preservamos o bem-comum e a unidade.

E devemos ser virtuosos, tanto nos bons como nos maus momentos, inclusive na adversidade, aflição e no sofrimento, segundo o imperador (cf. IV, 49). Portanto, devemos aceitar pacientemente e sem resignação as coisas más que nos tocaram por sorte (cf. VI, 39). Porém, é mais digno de louvor, sermos virtuosos diante de tais situações. Assim, podemos sempre utilizar tais situações para um bom fim (cf. X, 32).

Para o imperador, todas as virtudes predicam-se em Deus. Assim, como elas têm uma fonte comum, todas elas se relacionam entre si (cf. III, 16; IX, 1 e XII, 2)¹⁷. Neste sentido, Marco Aurélio apela para formar-se a inteligência, o nosso guia interior, ou melhor, a faculdade divina que Deus concedeu a cada um de nós e que nos distingue das bestas, a fim de conhecerem-se incessantemente os princípios de sociabilidade (de facto, segundo o imperador, a inteligência tende naturalmente à sociabilidade), e, deste modo, agir-se segundo a reta razão¹⁸. Portanto, não podemos criá-los ao nosso belo gosto, a fim de secundar os nossos interesses (cf. XI, 30). Deste modo, conhecendo os princípios, podemos familiarizar-nos com os concidadãos, servi-los, preservar o bem-

completamente feliz em fazer-lhes o bem. Além disso, se o fazes simplesmente como um dever, significa que tu ainda não entendes que estás fazendo um bem a ti mesmo» (VII, 13).

¹⁷ No que diz respeito à divindade, Marco Aurélio usa alternadamente tanto o termo *Deus* como *Deuses*. Assim, ao falar da divindade, no pensamento de Marco Aurélio, optei por usar sempre o termo *Deus*.

¹⁸ Cf. III, 6; V, 30; VII, 55; VIII, 7; X, 2 e XII, 27. «Um é o Deus que se estende por todas elas, uma é a substância, uma é a lei, uma é a razão comum de todos os seres inteligentes, uma é também a verdade, porque também é a perfeição dos seres da mesma espécie e dos seres que participam da mesma razão» (VII, 9). A associação da inteligência à divindade também se pode encontrar em Platão, *República*, 620d.

comum, e viver em conformidade com Deus, obedecendo-lhe (cf. III, 9; VII, 67 e X, 9). E não existe nada que respeite e de mais glória a Deus do que isto (cf. VI, 30 e VII, 67-68).

Todavia, Marco Aurélio vai mais longe, afirmando que quando conhecemos os princípios e agimos segundo a reta razão, não só nos tornamos virtuosos, mas também, ao mesmo tempo, tornamo-nos deuses, ou melhor num homem divino (cf. IV, 16; VII, 67 e X, 8)¹⁹. Portanto, neste sentido, «o presente é sempre uma questão de virtude racional, social e, em suma, uma questão de arte humana ou divina» (VII, 68). Assim,

[...] se tu executas a presente tarefa seguindo a reta razão, diligentemente, com firmeza, com benevolência e sem qualquer preocupação acessória, antes pelo contrário, zelas pela pureza do teu Deus, como se já fosse necessário restituí-lo, se agregas esta condição de não esperar nem evitar nada, mas apenas conformaste-te com a atividade presente, de acordo com a natureza e com a verdade heroica, em tudo o que dizes e comentas, viverás feliz. E ninguém será capaz de impedir-te. [III, 12 e X, 32]²⁰

Caso contrário, segundo Marco Aurélio, se nos deixarmos levar pelos nossos interesses e pelas nossas paixões tornamo-nos cegos, dia após dia, para estes princípios, condicionando, assim, a nossa vida virtuosa. Ou melhor, estas atitudes, ao pouco e pouco, eliminarão da nossa inteligência tais princípios (X, 9). Por outro lado, optando por tal vida, sucessivamente torna-se mais difícil aderir novamente a tais princípios, vivendo-se, assim, em contrapartida, para a fama, a beleza, o poder, etc. (cf. III, 6 e XII, 2).

¹⁹ «Se a inteligência nos é comum, a razão, segundo a qual somos racionais, também nos é comum. Admitido isto, também nos é comum a razão que ordena o que deve ser feito ou evitado. Deste modo, a lei também nos é comum. Por isso, somos cidadãos. Aceitado isto, participamos de uma cidadania. Se for assim, o mundo é como uma cidade. Bem, de que outra comum cidadania se pode dizer que toda a raça humana participa? Daí, desta cidade comum, procedem tanto a própria inteligência, como a razão e a lei. Ou de onde? Porque assim como a parte da terra que está em mim foi separada de uma certa terra, a parte húmida de outro elemento, a parte que infunde a vida de uma certa fonte, e a parte quente e ígnea de uma fonte particular (pois nada vem do nada, assim como nada flui para o que não é), da mesma forma, a inteligência também vem de algum lugar» (IV, 4).

²⁰ Todavia Marco Aurélio acrescenta: «Assim, podes conduzir bem a tua vida, se fores capaz de trilhar o caminho certo, se fores capaz de pensar e agir metodicamente. Estas duas coisas são comuns à alma de Deus, à do homem e à de todo ser racional: não ser impedido por outro, cifrar o bem numa disposição e ação justas e por fim à tua aspiração aqui» (V, 34).

Segundo Marco Aurélio, deve-se, portanto, agir sempre, como se fosse o nosso último dia, em prol da sociedade e não fazer nada contra a ela, a fim de secundar os nossos interesses. Deve-se, então, ter sempre presente esta máxima:

Não executarei nada de contrário à sociedade, senão que o meu objetivo terá sempre em consideração os meus concidadãos. E se algo for benéfico à comunidade, dirigirei todos os meus esforços, abstendo-me do contrário. E se essas premissas forem cumpridas desta forma, a minha vida terá necessariamente um curso feliz, da mesma forma que tu também considerarias próspera a vida de um cidadão que transcorra entre atividades úteis aos concidadãos e que aceite de bom grado a tarefa que a cidade designou-lhe. [X, 6]

§ 3. As virtudes sociais

Vimos, segundo Marco Aurélio, que a sociedade é conatural ao homem. Vimos, de igual modo, que este tem que preservar o bem-comum, a fim de autorrealizar-se e ser feliz. Deste modo, tendo em consideração estas premissas, segundo o imperador romano, para garantir-se e preservar-se a harmonia social é necessário cultivarem-se algumas virtudes sociais, tendo em consideração a intenção e as circunstâncias onde o sujeito se encontra. Portanto, é necessário que essa «orientação tenha sempre a sua origem em uma certa convicção de justiça ou de interesse da comunidade e os motivos indutores devem ter exclusivamente tais características, e não o que parece agradável ou popular» (IV, 12). Conheçamos, deste modo, aquelas que são mais importantes para ele²¹.

1) Anteriormente vimos que, para Marco Aurélio, todas as virtudes e princípios predicam-se em Deus. Ora, neste sentido, a virtude social da religião desempenha para ele um papel importante na sociedade (*cf.* IX, 37).

Segundo o imperador, pode-se praticar a virtude da religião de diferentes modos. Antes de mais, recordando, respeitando e submetendo-nos constantemente Deus, algo que se consegue não só conhecendo intelectualmente os princípios e fazendo o bem, mas de igual modo evitando o mal, como vimos²². Ou seja, uma vez que Deus é bom,

²¹ A ordem/lista aqui apresentada foi escolhida por mim.

²² *Cf.* II, 4-5; V, 9 e 27; VI, 30; XII, 28 e X, 8.

nós também temos que sê-lo (cf. VIII, 70). Assim, segundo o imperador, sempre que uma pessoa faz o bem e evita o mal torna-se num servidor de Deus (cf. III, 4). Deste modo, devemos deixar não só que Deus nos guie, mas também que ajamos tendo sempre presente Deus²³. De facto, «que privilégio o homem tem de não fazer nada além do que Deus louvará e aceitar aquilo que Deus lhe designará, de acordo com a natureza!» (XII, 11). Portanto, sempre que procedemos de tal modo, segundo o imperador, conviemos com Deus, algo que culmina depois da morte (cf. II, 12 e V, 27).

Uma outra forma de praticar a virtude da religião, segundo Marco Aurélio, consiste na oração e no culto feito a ele (cf. I, 3 e IX, 40). Contudo, não o devemos adular, pois ele não gosta (cf. X, 8). Assim, a nossa relação com Deus tem que ser simultaneamente simples e boa (cf. IX, 37)²⁴. Outros desvios desta virtude consistem, segundo o imperador, na superstição e na blasfémia (cf. I, 16 e III, 16).

2) Vimos que, para Marco Aurélio, é imprescindível conhecerem-se os princípios para agir-se bem e, assim, preservar-se o bem-comum. Nesta linha, uma outra virtude social que o imperador destaca é a virtude da veracidade, ou seja, a virtude de ser-se realista e ao mesmo tempo transmitir-se essa mesma realidade verbal e não verbalmente. De facto, a verdade é com a luz de uma lâmpada, que brilha e jamais perde o seu brilho (cf. XII, 15)²⁵. Neste sentido, ele defende a importância de procurar-se sempre a verdade, recorrendo para tal à reflexão e à meditação (cf. IV, 49). Também menciona, nesta linha, a importância de recorrer-se aos melhores conselheiros e mestres (cf. X, 12).

Associado a esta virtude, ele também destaca a importância da liberdade de expressão, sem exceções, a fim de que as distintas pessoas, inclusive os súbditos, possam expressar-se e ao mesmo tempo defender a verdade (cf. I, 14-16). Portanto, «fala, seja no Senado, seja diante de qualquer um, com elegância e precisão. Usa uma terminologia saudável» (VIII, 30). Deste modo, não só devemos de respeitar e suportar

²³ Cf. III, 5; VI, 7 e VII, 31.

²⁴ Esta ideia pode-se encontrar também em Menandro, *Phasma*, 481.

²⁵ Puech, no prefácio da tradução francesa das *Meditações* de Marco Aurélio, afirma que esta era a virtude que mais se destacava no próprio Marco Aurélio (cf. Marc-Aurèle, 1925). Já García Gual, na introdução da tradução espanhola das *Meditações*, afirma que o Adriano chamava Marco Aurélio de *Verissimus* (o grau superlativo absoluto sintético de *Vero*) (cf. Marco Aurelio, 1977). Recorde-se que quando se casou com Faustina, Marco Aurélio chamava-se Marco Annio Vero (*Marcus Annius Verus*).

a opinião dos outros, mas também devemos alegrar-nos sempre que alguém mostra algo melhor (*cf.* VI, 30). Porém, segundo ele, deve-se ter mais em consideração a opinião daqueles que vivem virtuosamente (*cf.* III, 4). Do mesmo modo, alerta também para o facto de que «é preciso seguir, palavra por palavra, o que se diz e, em cada impulso, o seu resultado; e, no segundo caso, ver diretamente para qual objetivo a intenção aponta; e no primeiro, zelar pelo seu significado» (VII, 4).

Com relação a esta virtude, todavia o imperador também defende a importância de ser-se comedido no falar, saber-se guardar segredos, ser-se sensato, da discrição e do uso de palavras apropriadas segundo as circunstâncias²⁶. Associado à virtude da veracidade, o Imperador defende, de igual modo, a importância de cumprirem-se as promessas. Por isso não se devem quebrá-las (*cf.* III, 7).

Neste sentido, o imperador condena alguns os vícios, que opõem-se à virtude da veracidade, e, assim, condicionam negativamente o bem-comum. Destacam-se, sobretudo, a mentira, em particular a calúnia, a falsidade, a difamação, a maldição, a murmuração e a indiscrição, como também o falar-se excessivamente, o fingimento, o engano, a discussão e a humilhação²⁷. Critica, de igual modo, o facto de querermos adular a realidade, a fim de satisfazermos os nossos interesses (*cf.* X, 35).

Também critica o querer-se viver na ignorância e a não aceitação das correções dos outros que nos mostram a verdade (*cf.* VI, 21). Já do lado oposto, também condena o darmos muita importância e sermos facilmente feridos quando injustamente somos vítimas, por parte dos outros concidadãos, dos vícios que vão contra a virtude da veracidade. Assim, caso não nos indignemos e não levemos a mal, agradamos aos Deuses (*cf.* XI, 13).

Portanto,

[...] logo que acordas, pergunta a ti mesmo: «importar-te-ias se alguém criticasse as tuas ações justas e boas?» Não, não te deves importar. Porventura, esqueceste como, aqueles que se vangloriam dos elogios e das críticas, se comportam na cama e na mesa, o que fazem, o que evitam, o que perseguem, o que roubam, o que arrebatam, não com as mãos e os pés, mas com a parte mais valiosa do seu ser, da qual nasce a confiança, a modéstia, a verdade, a lei e uma boa divindade? [X, 13]

²⁶ *Cf.* I, 16; IV, 24; 49 e X, 34.

²⁷ *Cf.* I, 5 e 7; 17; II, 1; II, 16-17; III, 7; IV, 28; IV, 33; VI, 30; VIII, 18; IX, 1 e 37 e X, 9 e 16.

Marco Aurélio, também condena o querer-se violar a intimidade dos outros e o metermo-nos na vida alheia²⁸. De igual modo, também condena a bufonaria e a derisão (*cf.* III, 28). Finalmente, critica também o facto de não corrigir-se com bons modos aqueles que não conhecem a verdade²⁹.

2.1.) Ora, associadas à virtude social da veracidade, encontram-se também as virtudes da autenticidade, da identidade, da modéstia e da simplicidade, mesmo no modo de vestir-se, e que Marco Aurélio não deixa de destacar³⁰. Neste sentido, ele não só apela para sermos realistas connosco mesmos, mas também destaca a importância da coerência entre as nossas palavras e as nossas atitudes (*cf.* I, 15; XI, 12). Assim,

[...] quão podre e falso é alguém que diz: «decidi comportar-me honestamente contigo». O que estás a fazer, amigo? Tu não precisas anunciar isso. Deve ser evidente, deve ser lido escrito na tua testa, deve ressoar imediatamente na tua voz, transpirar imediatamente nos teus olhos, pois o amado imediatamente reconhece tudo no olhar de quem o ama. Em suma, um homem franco e respeitável deve ser assim, como alguém que tem severas dores nas axilas e quem passa, querendo ou não, percebe imediatamente. [...] Para um homem decente, sincero e benevolente, todas as suas qualidades podem ser lidas nos olhos, que são assim transparentes. [XI, 15]

Neste sentido, o imperador condena os vícios da hipocrisia, da duplicidade, da vaidade, da vanglória, do orgulho, da arrogância, da altivez e da estupidez³¹. Todavia pior, para o Imperador, é aparentar estes vícios sob a aparência da modéstia (*cf.* XII, 27).

3) Para Marco Aurélio, a virtude social da justiça, que, segundo ele, encontra-se muito ligada à virtude social da verdade e vice-versa, também é fundamental para preservar-se o bem-comum³². De facto, segundo o Imperador, todas as outras virtudes nascem da virtude da justiça e da verdade (*cf.* XI, 10). Portanto,

²⁸ *Cf.* II, 17; III, 4 e IV, 18.

²⁹ «Se alguém cometer um deslize, instrui-o gentilmente e aponta a sua negligência. Mas se fores incapaz, culpa a ti mesmo, ou nem mesmo a ti mesmo» (IX, 4).

³⁰ *Cf.* I, 7; 14; 16; III, 16.

³¹ *Cf.* I, 5; 7; 9; 11 e 14-17; II, 5 e 16; IV, 3; VI, 30; VII, 69; VIII, 8 e X, 9.

³² *Cf.* I, 14; III, 6; VII, 54 e XII, 1.

[...] aquele que comete injustiça é um ímpio, uma vez que a natureza do conjunto universal constituiu os seres racionais para ajudarem-se uns aos outros, de modo que se favoreçam, segundo o seu mérito, sem que, em nenhum caso, se prejudiquem. Assim, quem transgride esta vontade comete, evidentemente, uma impiedade contra a mais alta das divindades. [IX, 1]

Associado à virtude da justiça, encontram-se os princípios e as leis, que são imutáveis (cf. X, 11). De facto, não se podem modificar os princípios e as leis, como vimos, de acordo com os nossos interesses. Ora, uma vez que segundo Marco Aurélio todos temos a mesma dignidade, como vimos também, ele defende a imparcialidade e a igualdade de todos diante da lei (cf. I, 14). Portanto, «o que é conforme as leis, é igual para todos e para cada um» (XII, 36).

Deste modo, associado também à virtude social da veracidade, ele defende a necessidade de investigarem-se os factos e as coisas a fim de sermos sempre justos (cf. VI, 3).

Uma vez que o imperador associa à justiça a tolerância, como desvio desta virtude, segundo ele, destacam-se, portanto, a crueldade e a intolerância (cf. I, 16 e IV, 3). Também condena, de igual modo, a temeridade e a inconstância (cf. XI, 10).

4) Marco Aurélio defende que na sociedade devem existir superiores hierárquicos, a fim de garantir-se e preservar-se o bem-comum (cf. XI, 18). Neste sentido, a autoridade e o poder são também conaturais ao homem e à sociedade (cf. IX, 21). Do mesmo modo, também defende que devem existir leis, como vimos. De facto, «aquele que evita o seu senhor é um desertor. A lei é nosso senhor, e quem a transgride é um desertor» (X, 25). Neste sentido, ele defende a importância da virtude social da obediência, sobretudo ao nosso guia interior, ou seja, à razão, mas também à lei da cidade e à constituição mais venerável e a Deus (cf. II, 16 e V, 30). Assim, segundo o imperador, é algo divino sempre que obedecemos a tais preceitos (cf. III, 3). Portanto, não devemos ser desobedientes.

5) Uma outra virtude social à qual Marco Aurélio atribui importância é a virtude da responsabilidade (cf. I, 15-16). Ou seja, devemos ser disciplinados para trabalhar e cumprir com os nossos deveres para, deste modo, garantir-se e preservar-se o bem-comum. Do mesmo modo, devemos-nos interessar e velar pelos interesses da sociedade

(cf. I, 16-17 e II, 3). Porém, «caso vários outros obstáculos impeçam a missão para a qual te diriges, prossegue de acordo com os recursos à tua disposição, tendo em mente em teus cálculos aquilo que te parece justo fazer» (X, 12).

Neste sentido ele condena não só os vícios da irresponsabilidade e do desleixo, mas também da indolência, da inconstância e das vãs distrações (cf. II, 7 e IV, 28). Também condena a omissão de qualquer ação boa e útil para com a sociedade (cf. V, 6).

6) Uma das virtudes sociais à qual Marco Aurélio dá, de igual modo, muita importância é sem dúvida a virtude da piedade, que consiste basicamente no reconhecimento da origem do nosso ser e agir, dicando-lhe, neste sentido, sobretudo o primeiro livro das suas *Meditações*³³. Assim, neste primeiro livro, ele dedica-se, de uma forma geral, a reconhecer todas aquelas pessoas que outrora, de uma forma ou de outra, desempenharam um papel importante na sua vida (sobretudo na sua infância), nomeadamente a sua família e os seus mestres³⁴. Neste sentido, menciona, de igual modo, os distintos bens, materiais e espirituais, que lhe facultaram, permitindo-lhe, assim, não só crescer física e intelectualmente, mas também introduzir-se na sociedade.

Nesta linha, portanto, ele não só defende a importância de ter-se uma boa família e bons mestres, como também defende que nós temos, de igual modo, que nos tornar em bons mestres e modelos a fim de ensinar os princípios, não só aos nossos filhos, mas também às gerações vindouras, por palavras e por atitudes, a fim de que eles tornem-se, por sua vez, em bons cidadãos e, assim, preservem a harmonia social (cf. I, 4-7 e 17).

7) Nesta linha, pode-se destacar uma outra virtude social, à qual Marco Aurélio atribui, de igual modo, bastante importância, ou seja, a virtude social da gratidão (cf. VIII, 8). Neste sentido, ele não só consente que se aceitem os benefícios, materiais ou espirituais, que as várias pessoas nos querem outorgar, mas também, deste modo, impele para que os reconheçamos e, ao mesmo tempo, agradeçamos aos nossos

³³ Foste «constituído tanto para a piedade e respeito dos deuses como para a justiça» (XI, 20).

³⁴ Em certo sentido, pode-se associar a virtude social da piedade também à virtude da religião, pois Marco Aurélio diz que devemos também cultivar a piedade para com Deus (cf. VII, 66). De facto, Deus é a origem primeira do nosso ser.

benefiteiros. Todavia vai mais longe, afirmando que é lícito nós mesmos sermos beneficiados pelos bens que fizemos ou concedemos anteriormente (*cf.* VII, 53).

Neste sentido, como vício, ele condena a ingratidão (*cf.* II, 1).

8) Marco Aurélio mostra que não só se deve agradecer aos nossos benfeitores, pelos distintos bens que nos facultaram, mas também, de igual modo, evidência que devemos honrá-los por tal. Também salienta que devemos de honrar todos aqueles que, de diferentes formas, serviram de exemplo para nós. Portanto, a honra é uma outra virtude social à qual o imperador, também atribui bastante importância (*cf.* I, 17 e XI, 15).

Segundo Marco Aurélio, devem-se honrar as pessoas que, de qualquer forma, nos beneficiaram. Todavia dá um passo em frente e, nesta linha, afirma que também devemos de reconhecer os méritos, as excelências e os talentos dos outros e, deste modo, honrá-los, atitude que também entra na virtude social da observância, que consiste não só no reconhecimento das pessoas que detêm poder e autoridade, mas também no reconhecimento dos talentos e méritos das outras pessoas. E, segundo o imperador, o mérito de cada pessoa é tanto maior, tendo em consideração o seu objeto (*cf.* VII, 3). De facto, «nos escritos dos epicuristas há uma exortação a lembrar continuamente algum personagem antigo que praticava a virtude» (XI, 26)³⁵.

Nesta linha, ele critica os vícios da inveja, face aos méritos dos outros, e da adulação, ou seja, em honrar-se excessivamente alguém, a fim de obter-se algo em troca, para próprio benefício (*cf.* I, 9; 16 e II, 16; VI, 59).

O imperador também critica o facto de uma pessoa querer ter muita fama (e procurá-la voluntariamente) e assim ser muito honrado³⁶. Pelo contrário, nesse sentido, ele defende que muitas vezes devemos ser indiferentes à infâmia e à desonra, caso ela ocorra (*cf.* IX, 1). Portanto, «esforça-te não como um miserável ou como alguém que quer ser compadecido ou admirado; em vez disso, que o teu único desejo consista em colocares-te em movimento e parares, tal como a razão da cidade julgar correto» (IX, 12).

³⁵ *Cf.* neste sentido, Epicuro, fragmento, 219 e Séneca, *Cartas a Lucílio*, XI, 8

³⁶ *Cf.* VI, 51 e VIII, 44.

9) Vimos que, segundo Marco Aurélio, devemos agradecer pelos bens que nos foram concedidos. Também afirmava que era lícito ser-se beneficiado. Assim, como «ninguém se cansa de ser-se beneficiado, e a ação de beneficiar está de acordo com a natureza, não te canses, então, de seres beneficiado, ao mesmo tempo em que beneficias alguém» (VII, 74)³⁷.

Como podemos ver, do lado oposto, ele também dava muita importância à virtude social da liberalidade, ou seja, à virtude de doar, sem segundas intenções, bens materiais e espirituais às pessoas, nomeadamente às mais necessitadas e às mais meritórias, tendo em consideração as devidas circunstâncias, a fim de que elas possam não só autorrealizarem-se, mas também, por sua vez, contribuir na preservação do bem-comum³⁸. Mesmo que sejamos caluniados por tal. Na realidade, «corresponde ao rei fazer o bem e receber calúnias» (VII. 36)³⁹. Portanto, temos que ser generosos, mesmo que sejamos incompreendidos pelos outros (*cf.* VII, 52 e 68). E devemos procurar mais beneficiar do que ser-se beneficiado. De facto, «o homem educado e respeitoso diz: “Dá-me o que queres; recebe o que queres”. E isso ele diz, não desafiando, mas submisso e benévolo» (X,14).

Falando da virtude social da liberalidade, o imperador também salienta que sempre que beneficiamos alguém, devemos fazê-lo livremente, sem a intenção de querer converter o outro num devedor, independentemente do objeto que foi oferecido (*cf.* V, 6). Do mesmo modo, deve-se também dar tendo em consideração se promove o bem-comum (*id.*).

O imperador vai, todavia, mais longe, afirmando, neste sentido, que devemos não só beneficiar as pessoas individualmente, mas também toda a comunidade, por exemplo contruindo-se obras públicas (*cf.* I, 16 e II, 7). De facto, «aquele que não beneficia o enxame, tampouco beneficia a avelha» (VI, 54)⁴⁰.

Segundo Marco Aurélio, a virtude social da liberalidade desempenha um papel importante, a fim de preservar-se o bem-comum, como vimos. Assim, nesta linha, ele

³⁷ Todavia menciona: «Recebe sem orgulho, dá sem apego» (VIII, 33).

³⁸ *Cf.* I, 14 e 16-17; VIII, 5; 7 e 23 e XI, 18.

³⁹ Expressão de Antístenes dirigida a Ciro, citada por Epicteto, IV, 6; 20. *Cf.* também Diógenes Laércio, VI, 3.

⁴⁰ Ideia idêntica pode-se encontrar em Aristóteles, *Política*, 1253a e *Metafísica*, 980b.

condena o egoísmo, a avareza e o estar-se demasiado preso aos bens materiais⁴¹. Ou seja, os bens materiais são fundamentais para poder-se viver e, assim, sucessivamente, contribuir-se para preservar o bem-comum (cf. V, 15). Porém, segundo o imperador, uma pessoa devia viver sem excessos ou dependência, ou seja, devia possuir apenas os bens que fossem necessários para a sua sobrevivência, bem como para realizar as devidas tarefas em prol da comunidade (cf. I, 3 e 17). De facto, o homem é quem deve gerir e mover os bens exteriores e não o contrário (cf. V, 19).

Marco Aurélio não só condena o almejar-se muitos bens, mas também o ter que depender voluntariamente das outras pessoas, inclusive o ter que pedir-se esmola (cf. I, 5 e 17). Para ele, é fundamental ser-se autossuficiente⁴². Porém, não é um mal solicitar ajudar e ser-se socorrido, caso necessite-se. Assim, pelo contrário,

[...] não sintas vergonha de ser ajudado. Pois, está estabelecido que tens que cumprir a tarefa imposta como um soldado no assalto a uma parede. O que farias, então, se, vítima de um mancar, não pudesses subir até às ameias sozinho, e, em vez disso, fosse necessário e possível recorrer à ajuda de outro? [VII, 7]

O imperador também condena a ambição de poder e de bens materiais, como também a cobiça⁴³. Em casos mais extremos, o roubo (cf. III, 15).

Finalmente, não só condena a omissão de fazer-se o bem, mas também o fazer (ou o querer fazer) mal às pessoas (cf. II, 16). Ou seja, não faz parte da natureza humana e da sociedade fazer o mal aos concidadãos (inclusive a nós mesmos) mas apenas o bem (cf. VIII, 42). Assim, segundo o imperador, sempre que fazemos o mal (ou omitimos de fazer o bem) devemo-nos arrepender. Portanto,

[...] o arrependimento é uma certa censura pessoal por não se ter feito algo útil. E o bem deve ser algo útil e todo o homem deve preocupar-se com isso. Pois, nenhum homem íntegro se arrependeria por ter desprezado um prazer. [VIII, 10]⁴⁴

⁴¹ Cf. I, 16; II, 2; III, 6 e V, 1. «Em suma, salvo a virtude e o que dela deriva, lembra-te de correr em busca das coisas em detalhes e, com a sua análise, tender a desprezá-las» (XI, 2).

⁴² Cf. I, 7 e 16, III, 11 e IV, 29.

⁴³ Cf. III, 4 e IV, 32.

⁴⁴ Por isso, «em cada ação, interroga-te: Como é isso em relação a mim? Eu não me arrependerei depois de fazer isso? Em breve estarei morto e tudo terá desaparecido. O que mais vou procurar, se minha ação atual é típica de um ser inteligente, sociável e sujeito à mesma lei de Deus?» (VIII, 2).

10) Como vimos, para Marco Aurélio, as virtudes sociais da liberalidade e da gratidão desempenham um papel importante para garantir-se a harmonia social. Vimos também que não devemos fazer mal a ninguém, segundo o imperador. Ora, neste sentido, segundo ele, também devemos ser virtuosos sempre que alguém age mal para conosco⁴⁵. De facto, «é típico dos loucos não admitir que os ímpios cometem faltas, porque é uma pretensão impossível» (XI, 18, cf. tb. XII, 16). Ou melhor, segundo o imperador, é típico do homem fazer-se o mal. Não se pode, portanto, evitar a maldade dos nossos concidadãos, apesar de podermos sim evitar a nossa (cf. VII, 71). Contudo, segundo ele, o mal feito a nós não nos torna maus, ao contrário de quem o faz, que sim torna-os maus (cf. XI, 18)⁴⁶.

Vimos que, segundo Marco Aurélio, também devemos de reagir sempre que alguém faz-nos mal. Neste sentido, ele destaca algumas virtudes sociais, como o perdão, a compaixão, a misericórdia, a paciência, a tolerância, a suportação e a reconciliação, porque, segundo ele, toda a pessoa que comete o mal fá-lo por ignorância, tendo também em consideração se o mal feito não afeta a sociedade⁴⁷. Assim, segundo o imperador, se o mal prejudica a comunidade, deve-se atuar contra o mal feito e sancionar o mal feito, porém de forma delicada e cordial⁴⁸.

⁴⁵ Neste sentido, Cícero (*De Inventione* II, 53) fala da virtude social da *vindicatio*, que consiste na virtude social de reagir diante do mal feito a nós ou aos outros.

⁴⁶ «Matam-te, despedaçam-te, perseguem-te com maldições. O que isso importa para que o teu pensamento permaneça puro, prudente, sensato, justo? Como se alguém, passando por uma fonte cristalina e doce, a insultasse; Isso não a impede de brotar água potável. Mesmo que tu jogues lama, estrume, muito em breve ela os dispersará, será libertada deles e não será tingida de forma alguma. Como, então, tu vais conseguir ter uma fonte perene (e não um poço simples)? Progride sempre para a liberdade com benevolência, simplicidade e modéstia» (VIII, 51). Já Sócrates dizia que era melhor receber a injustiça do que cometê-la, pois cometer a injustiça torna-nos maus, ao passo que recebê-la não (cf. Platão, *Górgias*, 469b e *Apologia*, 39b).

⁴⁷ Cf. I, 9 e 15; IV, 3 e V, 33 e 35. Já Sócrates e o seu discípulo Platão diziam que o mal feito devia-se à ignorância. Ou seja, todos aqueles que agem mal deve-se, segundo eles, ao facto de não conhecerem os valores morais. Em certo sentido, Aristóteles adotará esta visão. Porém, analisando a situação do incontinente (*akratés/ακρατής*), isto é, daquele que age mal, apesar de conhecer os valores morais, porque deixa-se vencer pelas suas paixões, acrescenta que muitas das vezes agimos mal não só por ignorância [como sucede com o intemperante (*akólastos/ακόλαστος*)] mas também porque nos deixamos vencer pelas nossas paixões (como sucede com o incontinente) (cf. Aristóteles, *Ética a Nicómaco*, I, 1; 1095a 21-30; I, 13; 1102b 13-31; VII, 3; 1145b 21-30 e VII, 9; 1151a 10-15).

⁴⁸ Cf. VI, 50. «O que não faz mal à cidade, também não faz mal ao cidadão. Sempre que penses que foste vítima de um dano, tem em consideração este princípio: “se a cidade não foi prejudicada por isso, eu também não fui prejudicado”. Mas se a cidade foi prejudicada, tu não deverias irritar-te com aquele que prejudica a cidade? O que justifica esta tua negligência?» (V, 22). Cf. também: X, 32.

Portanto,

[...] quando alguém te fizer mal, medita imediatamente qual é o conceito de mal ou bem que essa pessoa tinha ao cometer tal falta. Porque, uma vez que tenhas examinado isso, terás compaixão dela e não ficarás surpreso nem com raiva dela. Já que compreenderás também o conceito de bem que ela tem, ou um semelhante. Portanto, deves perdoá-la. Contudo, mesmo que tu não partilhas o seu conceito de bem e mal, serás mais facilmente benevolente com a sua má orientação. [VII, 26]⁴⁹

Do mesmo modo, nesta linha, o imperador também apela para que, quando os outros cometerem o mal, antes de os condenarmos, devemos de fazer uma introspeção e, assim, verificar se nós também cometemos algum mal. Ou seja, antes de julgarmos os outros, devemos ver se nós também fizemos alguma coisa má. Portanto, «sempre que te depares com a falta de outro, muda imediatamente de lugar e pensa na falta semelhante que tu cometes; por exemplo, ao considerares que o dinheiro ou o prazer, ou a fama, ou outras coisas desse género são um bem. Porque se te dedicares a isso, rapidamente esquecerás a raiva, percebendo que é forçada» (X, 30).

Vimos, segundo Marco Aurélio, que a pessoa que comete o mal fá-lo por ignorância. Caso contrário, não o cometeria. Vimos também que, para este autor, a formação intelectual e caracterial, desempenha um papel crucial para o indivíduo e, de igual modo, para a sociedade. Neste sentido, o imperador destaca a importância da educação, ao longo da vida (*cf.* I, 14).

Falando de educação, ele defende que devia-se gastar muito nos estudos e, ao mesmo tempo, proporcionar bons mestres aos filhos, comportamento que também recai nas virtudes da liberalidade e da piedade, a fim de que estes conheçam os bons princípios e, assim, ajam corretamente (*cf.* I, 4 e 17).

Deste modo, Marco Aurélio também defende a importância de estudarem-se os princípios, e promoverem-se as leis e as tradições da sociedade, sem cair-se em extremos ou fundamentalismos (*cf.* I, 16). De facto, «as máximas vivem. [...] Está, portanto, nas tuas mãos revivê-las constantemente» (VII, 2).

Uma outra particularidade que o imperador destaca com relação à educação é o facto de que nós devemos tornar-nos mestres e modelos também para os outros.

⁴⁹ Ver também VII, 62 e XI, 18.

Portanto, «não continues discutindo sobre que tipo de qualidades o homem bom deve ter, mas trata de sê-lo» (X, 16)⁵⁰.

Do mesmo modo, esta atitude tem também um efeito positivo para com o mestre e modelo. De facto,

[...] sempre que quiseres alegrar-te, pensa nos méritos daqueles que convivem contigo, por exemplo, na energia de um, no trabalho de outro, na discrição de um terceiro, na generosidade de um quarto e em qualquer outra qualidade de outro. Porque nada produz tanta satisfação como os exemplos das virtudes, manifestando-se no carácter de quem convive connosco e oferecendo-se agrupadas na medida do possível. Por isso, elas devem estar sempre à mão. [Vi, 48]

Uma outra ideia que o imperador ressalta, ao falar da educação, é que a literatura, em particular, os dramas e a poesia, é um grande meio de formação, contudo se dirigir-se a bons fins (cf. XI, 6).

Vimos, seguindo o pensamento de Marco Aurélio, que temos que educar os nossos concidadãos, a fim de que preservem o bem-comum. Neste sentido, ele apela não só ao facto de que não devemos compartilhar a sua ignorância, mas também à importância de saber corrigir, reprender e de instruir, delicada e docilmente, aqueles que são ignorante e assim fazem o mal⁵¹. Portanto, uma vez que «os homens nasceram uns para os outros, instruí-os e suporta-os» (VIII, 59).

Na mesma linha, porém, do lado oposto, também devemos aceitar ser corregidos pelos outros e mudar de opinião sempre que eles tenham razão⁵². E tem razão quem capta o real e a ação útil à comunidade⁵³. Portanto, resumidamente, «entra no guia interior de cada um e permite também que qualquer outra pessoa penetre no teu» (VIII, 61).

⁵⁰ Recorde-se que Marco Aurélio viveu em primeira pessoa a sua filosofia. Porém, García Gual, na introdução da tradução espanhola das *Meditações* de Marco Aurélio, também defende que os mestres de Marco Aurélio foram de igual modo modelos para ele, criando-se, assim, um círculo virtuoso. Contudo, também destaca que Marco Aurélio não se considerava um modelo, ou melhor, sabia que existia uma distância entre ele os modelos (cf. Marco Aurelio, *Meditaciones*, op. cit.).

⁵¹ Cf. I, 7; 9-10 e 14; V, 28; VII, 66; VIII, 17 e IX, 42.

⁵² Cf. IV, 12 e VIII; 16.

⁵³ Cf. IX, 6 e X, 6.

Vimos que a educação desempenha um papel importante na sociedade. Assim, Marco Aurélio condena os vícios da crítica irascível ou destrutiva, ou o não aceitar-se a correção dos outros (*cf.* I, 10 e IX, 24).

12) Uma outra virtude social à qual Marco Aurélio também atribui importância é a virtude da afabilidade, que se manifesta, concretamente, em manterem-se boas e cordiais relações com os cidadãos (*cf.* V, 31). De facto, como vimos, a sociedade, que é conatural ao homem, não pode sobreviver se existe qualquer tipo de desunião. Assim, nesta linha, ele destaca a importância do afeto, da amabilidade, da mansidão, da benevolência, da cordialidade, do respeito, da harmonia, da concórdia, da sociabilidade, do bom humor, dos bons modos, do saber falar, etc.⁵⁴ A fim de promover-se a virtude da afabilidade e, assim, preservar-se a unidade social, o imperador também destaca, de igual modo, as festas, porém sem cair-se em extravagâncias (*cf.* VIII, 43).

Também destaca, neste sentido, a importância do cultivo, do cuidado e da preservação das relações já existentes. Do mesmo modo, ele apela para estabelecer-se relacionamentos com pessoas virtuosas, a fim de que nós também o sejamos, e assim sucessivamente (*cf.* I, 14).

Falando da virtude social da afabilidade, no pensamento de Marco Aurélio, deve-se igualmente destacar uma outra particularidade, ou seja, que também temos que ser afáveis com os insensatos e com os nossos inimigos. De facto,

[...] aqueles que se opõem ao teu caminho, de acordo com a reta razão, assim como não poderão desviar-te da prática saudável, também não podem desviar-te abruptamente da benevolência para com eles. Deste modo, mantem-te igualmente em guarda sobre estas duas coisas: não apenas sobre um juízo e desempenho equilibrados, mas também sobre a mansidão para com aqueles que tentam causar-te problemas ou aborrecem-te de qualquer forma. Porque também é sinal de fraqueza zangares-te com eles, assim como desistires de agir e ceder por medo, pois ambos são igualmente desertores, aquele que treme, e aquele que se torna um estranho para o seu parente e amigo por natureza. [X, 9; v. tb. XI, 13]

⁵⁴ *Cf.* I, 8-9; 16-17 e IV, 37; 51.

Vimos que a virtude social da afabilidade é também uma virtude importante para preservar-se o bem-comum. Assim, o imperador condena os vícios do desprezo, da hostilidade, da irascibilidade, do desleixo, do desinteresse, da violência, da rebelião, da revolução, da brutalidade, da bufonaria, da derisão e da moléstia⁵⁵. Também critica a infantilidade, como, de igual modo, o excesso de divertimento ou os divertimentos fúteis⁵⁶. Finalmente, também critica o servilismo e o tornarmo-nos «escravos» de alguém, a fim de os agradar (*cf.* IV. 31).

Outros vícios que o imperador critica são os vícios da injúria, do desrespeito, da insolência, da má educação, da tirania, da inveja e da insociabilidade⁵⁷. Também critica os vícios da invasão da intimidade dos concidadãos e do meter-se na vida alheia⁵⁸.

13) Uma outra virtude social à qual Marco Aurélio dá muita atenção é o amor, pois «também é próprio da alma racional amar o próximo» (XI, 1). Assim, segundo ele, a fim de preservar-se a harmonia social, deve-se amar não só a Deus, a família, os mestres, os concidadãos, os amigos, mas também as más pessoas, inclusive os nossos inimigos⁵⁹. Portanto, «aos homens com quem tiveste a sorte de conviver, ama-os, mas de verdade» (VI, 39).

Neste sentido, ele condena o ódio, que culmina no desejo de morte dos nossos parentes e concidadãos, pois todos somos membros da sociedade, devendo-nos assim amar uns aos outros⁶⁰. Ou seja,

[...] é impossível que um galho cortado do galho adjacente não tenha sido também cortado de toda a árvore. Da mesma forma, um homem, que está separado de um outro homem, foi excluído de toda a comunidade. De facto, outro corta o galho. No entanto, o homem separa-se do seu próximo quando o odeia e não gosta dele. E ignora que foi, simultaneamente, separado de toda a sociedade. Porém, pelo menos existe aquele dom de Zeus, que constituiu a comunidade, pois é possível unirmo-nos novamente ao próximo e sermos novamente uma das partes que ajudam a completar o todo

⁵⁵ *Cf.* I, 8 e 12; III, 16; IV, 28 e 32; VI, 41; VIII, 43 e IX, 23.

⁵⁶ *Cf.* IV, 28 e 32.

⁵⁷ *Cf.* I, 9; 11 e 16; II, 1 e III, 5.

⁵⁸ *Cf.* II, 16; III, 4 e IV, 18.

⁵⁹ *Cf.* I, 9; 13-14; VI, 47 e VII, 22 e 31. «Sempre que alguém te insulte, te odie ou proferira tais palavras, penetre nas suas pobres almas, entra nelas e vê que tipo de pessoas elas são. Verás que não te deves preocupar com o que pensam de ti. No entanto, deves ser benevolente com elas, porque, por natureza, elas são teus amigos» (IX, 27).

⁶⁰ *Cf.* II, 1; III, 7 e IV, 32.

universal. No entanto, se essa separação ocorrer muitas vezes, é difícil unir e restaurar a parte separada. Em suma, o galho que, desde o início, germinou e continuou a respirar com a árvore, não é o mesmo que o recém-enxertado após ser cortado, digam o que dizem os arboricultores. Deve crescer com o mesmo tronco, mas não ter o mesmos critérios e ideias. [XI, 8]

Em suma, como podemos ver, o facto de não partilharmos as mesmas ideias e princípios do nosso concidadão, isto não justifica de algum modo que o odiemos.

14) Finalmente, uma outra virtude social que Marco Aurélio destaca é a virtude da amizade. Para ele, é, portanto, importante não só ter-se amigos, mas também cultivar-se relações de amizade com as outras pessoas, pois, «por natureza, o homem é amigo do homem»⁶¹. Neste sentido, ele destaca a importância de ser-se fiel e de ajudar os amigos, e, assim, não desconsiderá-los⁶².

Porém, o mais importante, nesta linha, é que ele dá muita importância ao facto de que devemos ter bons amigos e, neste modo, ao dever de não nos associarmos às más companhias, sem mostrar-lhes aversão⁶³. De facto, «nada é mais abominável do que a amizade do lobo. Acima de tudo, evita-a» (XI, 15).

Um outro ponto que penso que é fundamental ressaltar, ao abordar a virtude social da amizade, no pensamento de Marco Aurélio, consiste em ele defender a importância de escolher-se uma boa esposa para assim ter-se uma boa família (cf. I, 17). De facto, as palavras latinas *amicus/amica* significam tanto ‘amigo’/‘amiga’, como ‘namorado’/‘namorada’. O mesmo verifica-se por exemplo nas palavras *boyfriend/girlfriend*, em inglês, e *Freund/Freundin*, em alemão, que significam simultaneamente ‘namorado’/‘namorada’ e ‘amigo’/‘amiga’.

Vimos que a virtude social da amizade é importante para preservar-se o bem-comum. Neste sentido, o imperador condena as relações de amizade extremas, que visam favorecer os amigos indevidamente ou que nos conduzem a descuidarmos as nossas responsabilidades (cf. I, 16).

⁶¹ Cf. XI, 9. Ver também, XI, 13 e 27.

⁶² Cf. I, 13-14 e III, 11.

⁶³ Cf. I, 7-8; 17; IV, 50 e VI, 20. «Como numa boa morte a alma se desprende facilmente do corpo, assim deve ser o seu afastamento destes. Com estes a natureza te reuniu e te misturou intimamente. “Porém, agora ela separa-te”. Separo-me como dos meus íntimos sem oferecer resistência, sem violência. Porque este também é um dos fatos de acordo com a natureza» (X, 36).

§ 4. Concluindo

Seguindo o pensamento do filósofo-imperador, Marco Aurélio, vimos que a sociedade é conatural à pessoa humana. Deste modo, para se autorrealizar, ela deve de agir em prol da sociedade. Vimos, de igual modo, que uma pessoa preserva o bem-comum quando age virtuosamente. Ora, neste sentido, as virtudes sociais desempenham também um papel importante, a fim de preservarem-se a harmonia e o desenvolvimento social.

Num período, onde reinam o individualismo e a competitividade, o termo sociabilidade tem vindo, ao longo dos tempos, a perder a sua importância. Neste sentido, acho interessante o facto de Marco Aurélio, na sua obra *Meditações*, dar ênfase não só a facto de que a sociedade é realmente importante para a pessoa humana, mas também que as várias virtudes sociais, talvez um pouco desconsideradas hoje em dia, ajudam a preservam o bem-comum.

Apesar de às vezes apresentar uma visão um pouco pacifista e ingénuo, afirmando, neste sentido, que os malfeitores agem mal sempre por causa da sua ignorância, ou de tornar sempre o bem-comum e o bem do indivíduo sinónimos, algo que não se pode aplicar, por exemplo aos regimes totalitários ou anarquistas, ou de colocar o ontologicamente sociedade acima da pessoa humana, devendo ser o contrário, quiçá, tendo em consideração tais virtudes, possa-se evitar tanto individualismo e, deste modo tantos males, e, assim, contribuir-se para uma sociedade mais justa e équa.

Bibliografia

- Aristóteles (1654), *Ética a Nicómaco*, en *Opera omnia, graece et latine*, vol. 3, <<https://almamater.uc.pt/item/58648>>, [16/09/2022].
- Aristóteles (1654), *Metafísica*, en *Opera omnia, graece et latine*, vol. 4, <<https://almamater.uc.pt/item/58649>> [16/09/2022].
- Aristóteles (1654), *Política*, en *Opera omnia, graece et latine*, <<https://almamater.uc.pt/>>, [21/02/2023].
- Cardoso, I. (2019), «O século II em perspectiva: ou, da grandeza do Império à ficção da vida privada», in *Em Tempo de Histórias*, n.º 35. Universidade de Brasília, pp. 59-83, <<https://doi.org/10.26512/emtempos.vi35.26477>>, [23/02/2023].

- Cássio, Dião (1914), *Historiae Romanae* (Earnest Cary, Herbert Baldwin Foster, eds.). London/New York, William Heinemann/Harvard University Press, <<http://www.perseus.tufts.edu/hopper/text?doc=urn:cts:greekLit:tlg0385.tlg001.perseus-grc1:1.1>>, [01/03/2023].
- Cerri, M. (2020), *A biografia do imperador Cômodo na História Augusta como uma crítica ao Dominato*. Universidade Estadual Paulista. Tese de Mestrado.
- Cícero (s. f.), *De Inventione*. <<http://www.thelatinlibrary.com/cicero/inventione.shtml>>, [27/02/2023].
- Diógenes Laércio (1987), *Vidas e doutrinas dos filósofos ilustres*. Brasília, Unb.
- Epicteto (1827), *Αρριανου των Επικτητου Διατριβων*. <<http://digital.lib.auth.gr/record/126325/files/?ln=es>>, [01/03/2023].
- Herodian of Antioch (1961), *History of the Roman Empire* (Edward C. Echols, ed.). Berkeley/Los Angeles, University of California Press, <<https://www.livius.org/sources/content/herodian-s-roman-history/>>, [03/02/2023].
- Machiavelli, Niccolò (1971), *Discorsi sopra la prima Deca di Tito Livio*. Roma, Einaudi, <http://www.letteraturaitaliana.net/pdf/Volume_4/t91.pdf>, [02/02/2023].
- Marcus Aurelius (2003), *Meditations* (tr. by G. Hays). Weidenfeld & Nicolson, London.
- Marco Aurelio (1977), *Meditaciones* (Ramón Bach, ed.). Madrid, Gredos.
- Marc-Aurèle (1925), *Pensées* (A. Trannoy, ed.). Paris, Les Belles Lettres.
- Marcus Aurelius (1908), *Ad Se Ipsum* [Τὰ εἰς ἑαυτόν] (Jan Hendrik Leopold, ed.). Leipzig, in *aedibus* B. G. Teubneri, <<http://data.perseus.org/citations/urn:cts:greekLit:tlg0562.tlg001.perseus-grc1:1.1>>, [02/03/2023].
- Menandro (2007), *Obra completa*. Lisboa, Imprensa Nacional Casa da Moeda.
- Platão (1513), *Omnia Platonis opera*. Venetiis, in aedib. Aldi et Andreae soceri <<http://hdl.handle.net/11169/927>> [01/03/2023]
- Séneca (2022), *Cartas a Lucílio*. Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian.
- Usener, H. (ed.) (1887), *Epicurea und zahlreiche Beiträge zum Rheinischen Museum*. Leipzig, <<https://archive.org/details/HermannUsenerEpicurea1887/mode/2up>>, [15/02/2023].